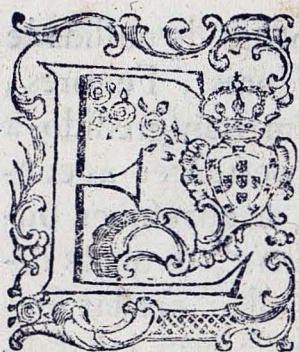


ALVARÁ

29. 7. 1758

Ms 529590



5
U ELREY. Faço saber aos que este Alvará com força de Lei virem, que havendo-se-me representado pela Junta da Administração da Companhia Geral do Graão Pará, e Maranhão, que em razão de ter esta Companhia a honra de ser por Mim fundada, e de gyrrar debaixo da Minha immediata Protecção o seu Commercio, se fazia de huma indispensavel necessidade, que nelle resplandecessem as Minhas Paternaes intenções com a providencia, e com a pratica de huma exuberante boa Fé em todos os Pórtos, a que o mesmo Commercio se estende, e em todas as PESSOAS, que o manejaõ em nome da dita Companhia; de sorte, que enchendo com o seu zelo, e fidelidade as obrigações de Administradores publicos dos cabedaes da dita Companhia, estabelecida para o serviço de Deos, e Meu, e para o Bem-Commum dos meus Vassallos das referidas Capitaniãs; fação notoriamente ver em todos os seus procedimentos, que trabalham sem outros fins, que não sejaõ os de tão necessarios, e proveitosos objectos: E procurando em ordem a elle obviar tudo, o que possa ser interesse, e negociação particular dos ditos Administradores dos Pórtos, onde a mesma Companhia faz, ou fizer o seu commercio; e tudo, o que póde ser prevaricação em tão delicados exercicios: Estabeleço, que da publicação deste em diante, os Administradores, Feitores, Caixeiros, ou quaesquer outras PESSOAS, que servirem a sobredita Companhia em qualquer dos Pórtos do Ultramar, não possaõ per si, ou por interpostas pessoas, directa, ou indirectamente, por qualquer via, modo, ou maneira, que seja, fazer Commercio algum particular, ou interessar-se com as PESSOAS, que o fizerem, em quanto forem Administradores, Feitores, ou Officiaes pagos, ou constituídos para o manejo do Commercio Geral da dita Companhia; para as vendas, e compras das fazendas seccas, ou molhadas, a ella pertencentes; ou ainda para arrecadação, e custodia das
mes-

mesmas fazendas: E tudo debaixo das penas de nullidade dos Contratos, que os ditos Administradores, Feitores, ou Officiaes fizerem, depois de haverem transgredido a observancia desta Lei; não só pelo que pertencer ás contravenções della; mas também a todos, e quaesquer outros Contratos, celebrados em seu beneficio, os quaes ordeno, que não produzaõ effeito, nem possaõ prestar impedimento em Juizo, nem fóra delle: de ficarem inhabilitados para Commerciarem, e para receberem qualquer honra Civil, ou Militar; e de pagarem anoviado, ametade a favor de quem os delatar, e outra ametade a beneficio dos interellados na mesma Companhia, todo o valor das fazendas, e generos, com que houverem traficado; e de serem irremissivelmente açoutados pelas ruas públicas dos lugares, onde se commetterem os delictos: Incorrendo os nelles comprehendidos em todas as sobreditas penas cumulativamente. E porque as perniciosas consequencias, de que seriaõ tão reprehensiveis crimes contra o credito, e interelles da mesma Companhia, e contra o Bem-Commum do Estado, que faz o seu objecto, requerem de sua natureza toda a mais exacta precaução para não ficarem impunidos os que os commetterem: Ordeno outro fim, que as denúncias delles se possaõ dar, e tomar em inviolavel segredo, que será sempre guardado, como segredo de Justiça; com tanto, que as contravenções, que forem denunciadas, se justifiquem depois pela corporal apprehensão das fazendas: Sendo Juizes privativos nestes casos os Provedores da Minha Real Fazenda, que forem Ministros de letras, os quaes depois de prepararem os Processos, os sentenciarão em Junta, com os tres Ministros de letras, que lhe ficarem mais vizinhos, na presença do Governador do Estado, que terá nestes casos voto de qualidade: Procedendo-se verbalmente, e de plano, guardados sómente na defeza dos Réos os termos substanciaes, que são de Direito natural: E executando-se sem outra appellação, ou agravo, o que se vencer pela pluralidade dos votos. E este se cumprirá tão sem dúvida alguma, e tão inteiramente

como nelle se contém , sem embargo de quaesquer Leis , Regimentos , Alvarás , Disposições , Ordens , ou estilos contrarios , que Hei por bem derogar para este effeito sómente , ficando aliás iempre em seu vigor. E para que chegue á noticia de todos , e se não possa allegar ignorancia : Mando , que seja affixado annualmente por Editaes nas portas das Alfandegas ao tempo das chegadas das Frotas ; e que logo seja mandado registar nos Livros das Camaras de todas as Villas dos Territorios das referidas Capitanias.

Pelo que mando ao Presidente da Meza do Desembargo do Paço , Regedor da Casa da Supplicação , Védores da minha Real Fazenda , Presidente do Conselho Ultramarino , Vice-Rey , e Capitão General do Estado do Brasil , e a todos os Governadores , e Capitães Móres delle ; como tambem aos Governadores das Relações da Bahia , e Rio de Janeiro , e Desembargadores della ; e a todos os Proveedores , Ouvidores , Juizes , Justiças , e mais Pessoas , a quem o conhecimento deste pertencer , o cumpraõ , e guardem , e o fação cumprir , e guardar , como dito he. E ordeno ao Desembargador do Paço Manoel Gomes de Carvalho , do meu Conselho , e Chanceller Mór do Reino , que o faça publicar na Chancellaria , e remetter os transumptos delle impressos , na fórma do estilo , a todos os Tribunaes , e Ministros ; registando-se nos Livros , onde se costumaõ registar semelhantes Leis , e Mandando-se o Original para a Torre do Tombo. Dado em Belém aos vinte e nove de Julho de mil setecentos e sincoenta e oito.

R E Y . . .

Sebastião Joseph de Carvalho e Mello.

Alvará com força de Lei , por que V. Magestade ha por bem estabelecer , que da publicação delle em diante , os Administradores , Feitores , e Caixeiros , ou quaesquer outras
Pes-

Pessoas, que servirem a Companhia Geral do Graõ Pará, e Maranhão em qualquer dos Pórtos do Ultramar, não possão per si, ou por interpostas Pessoas directa, ou indirectamente fazer commercio algum particular, ou interessar-se com as Pessoas, que o fizerem, em quanto forem pagos, ou constituídos para o manejo do Commercio geral da dita Companhia: Tudo na fôrma assima declarada.

Para Vossa Magestade ver.

Registado na Secretaria de Estado dos Negocios do Reino, no Livro da Companhia Geral do Graõ Pará, e Maranhão, a fol. 116. Belém a 9 de Julho de 1758.

Filippe José da Gama.

Manoel Gomes de Carvalho.

Foi publicado este Alvará com força de Lei na Chancellaria Mór da Corte, e Reino. Lisboa, 31 de Julho de 1758.

D. Sebastião Maldonado.

Registado na Chancellaria Mór da Corte, e Reino no Livro das Leis a fol. 109. Lisboa, 31 de Julho de 1758.

Rodrigo Xavier Alvares de Moura.

José Thomás de Sá o fez.

Na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo.

